

Bahia Pesca critica fim da proteção de manguezais e restingas

Notícias

Postado em: 29/09/2020 09:09

A Bahia Pesca (empresa vinculada à Secretaria de Agricultura da Bahia) inicia, nesta terça-feira (29), um processo de diálogo com a Secretaria de Meio Ambiente da Bahia e com o Ministério Público do estado para minimizar os impactos da decisão do Ministério do Meio Ambiente que revoga regras de proteção a manguezais e restingas em todo o País.

A Bahia Pesca (empresa vinculada à Secretaria de Agricultura da Bahia) amplia, nesta terça-feira (29), o processo de diálogo com a Secretaria de Meio Ambiente da Bahia e com o Ministério Público do estado para minimizar os impactos da decisão do Ministério do Meio Ambiente que revoga regras de proteção a manguezais e restingas em todo o País. Esse ato atenta não apenas contra esses importantes biomas nacionais, mas também contra os seres humanos que residem e tiram seu sustento de atividades extrativistas realizadas nestes ambientes, afirma o presidente da Bahia Pesca, Marcelo Oliveira. São biomas importantes e essenciais para a biodiversidade, sendo considerados verdadeiros berçários da vida marinha, dada a enorme quantidade de criaturas que lá procriam e são acolhidas na primeira fase da vida, complementa. Danos ambientais De acordo com a Bahia Pesca, a revogação das resoluções de proteção ambiental ameaça a reprodução de inúmeras espécies encontradas nos mangues baianos, como caranguejos e peixes, com impactos que podem ser sentidos em toda a cadeia alimentar. Os pescadores e as marisqueiras do estado serão os principais prejudicados, caso essas medidas sejam confirmadas, acredita Marcelo. É preciso ainda levar em consideração a importância das restingas, que são áreas de transição entre o ambiente marinho e o terrestre, com formas e vegetais sobre solos arenosos. As restingas são importantes por evitar a erosão das praias e o avanço do mar durante as ressacas, além de contribuir com uma grande variedade de fauna e flora, diz. Conclamamos o governo federal a rever essa decisão, extremamente prejudicial ao país, complementa o gestor. Foto: Secom/Governo da Bahia